

Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (2024)

Reflorestando a resistência: o debate contemporâneo sobre florestas entre povos indígenas, quilombolas, movimentos sociais e empresários.

Por Gabriel de Araujo Silva (UNICAMP)

Resumo:

O debate em torno de práticas de reflorestamento e agricultura agroflorestal tem alcançado crescente reconhecimento em relação à promoção da biodiversidade, autonomia de comunidades, soberania alimentar, produção de alimentos saudáveis, valorização de agriculturas tradicionais indígenas e quilombolas, assim como por promoverem melhores condições ecológicas e produtivas a longo prazo. Este trabalho traça um panorama destes debates, para isso iremos fazer um exercício de equivocação controlada entre diferentes perspectivas sobre o plantio de florestas e agroflorestas. Através de uma revisão bibliográfica, utilizando um levantamento multidisciplinar de materiais recentes sobre plantio florestal e agroflorestal iremos identificar e contrastar as perspectivas da agricultura sintrópica de Ernst Götsch, do discurso em torno de alguns dos grandes produtores agroflorestais privados, da teoria antropológica das florestas antropogênicas, de trabalhos sobre a gênese florestal segundo povos indígenas como os Ka'apor, Wajãpi, Kayapo e Yanomami; a relação entre as florestas e os quilombos segundo a proposta contra colonial de Antonio Bispo dos Santos e da ecologia decolonial de Malcom Ferdinand; da forma como a agrofloresta esta presente nos “Cadernos de Agroecologia” (2020) do Movimento Sem Terra (MST), denominado “Subsídios para construir o Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis” e no livro manifesto da Teia dos Povos “Por Terra e território: caminho da revolução dos povos no Brasil”.

Palavras-chave: Floresta. Agricultura. Agrofloresta.

Introdução

Este trabalho é parte da minha pesquisa de iniciação científica, nele eu continuo um esforço de criar comparações entre agriculturas tradicionais e as propostas de técnicas agroflorestais, aqui o foco é de formular um panorama dos diferentes atores envolvidos nesse

debate. Para esta comparação eu havia em outro trabalho (Silva, 2022) utilizado o conceito de devir a partir de Deleuze e Guattari, neste outro texto devido ao seu caráter ensaístico eu usei o conceito de devir sem dar nenhuma explicação. Abaixo retomo a citação a partir da qual o conceito foi usado neste outro trabalho:

O devir é sempre de uma ordem outra que a da filiação. Ele é da ordem da aliança. Se a evolução comporta verdadeiros devires, é no vasto domínio das simbioses que coloca em jogo seres de escalas e reinos inteiramente diferentes, sem qualquer filiação possível. Há um bloco de devir que toma a vespa e a orquídea, mas do qual nenhuma vespa-orquídea pode descender. Há um bloco de devir que toma o gato e o babuíno, e cuja aliança é operada por um vírus C. Há um bloco de devir entre raízes jovens e certos microorganismos, as matérias orgânicas sintetizadas nas folhas operando a aliança (rizosfera). Se o neo-evolucionismo afirmou sua originalidade, é em parte em relação a esses fenômenos nos quais a evolução não vai de um menos diferenciado a um mais diferenciado, e cessa de ser uma evolução filiativa hereditária para tornar-se antes comunicativa ou contagiosa. (Deleuze e Guattari. 1997, p.19):

Em Deleuze e Guattari, o Devir ou Acontecimento, é um encontro que gera uma linha de fuga, um evento agenciador de um processo desterritorialização e reposicionamento, a partir do qual uma aliança entre mundo diferentes se estabelece, desencadeando diferenças nas subjetividades. Um acontecimento a partir do qual muda a relação com o mundo entre as partes estabelecidas, podendo ser a mudança de comportamentos, sentimentos e avaliação dos sujeitos envolvidos. Usei este conceito para tentar apreender o tipo de aliança que se opera entre diferentes seres a partir do cultivo florestal, uma prática de agricultura que parece envolver uma revalorização de um modo de vida mais próximo ao indígena. Um modo florestal de vida, com tudo isso implica em alianças multiespécies.

O conceito de devir também me parecia interessante para pensar uma certa multiplicação de identidades, que Deleuze e Guattari nomeiam de devir minoritário, que se observa na luta pela terra reivindicando formas específicas de relação com a terra, como no caso de seringueiros, ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, retomadas indígenas e camponesas, com toda uma multiplicidade de identidades que marcam a luta contemporânea pela reforma agrária como descrito por Almeida (2023).

Me incomoda no uso do conceito de devir uma possível leitura muito conciliatório do termo, as diferenças profundas entre os agentes aqui listados não permite de modo algum pensar que se trata da formação de um bloco de aliança em torno da agrofloresta entre povos indígenas, quilombolas, movimentos sociais e empresários. Quando afirmo haver um bloco de devir floresta ou devir indígena que envolve todos estes agentes neste trabalho, este bloco se refere mais à relação com a terra, com os complexos agenciamentos multiespécies e ecossistêmicos que a agricultura florestal implica. A relação destes diferentes agentes entre não é de aliança, o contrário seria mais próximos da realidade, pois estão envolvidos em práticas sociais deflagradas em conflitos e disputas históricas. O processo de mudança nas subjetividade dos agentes envolvidos no bloco de devir retratado não permite conclusões apressadas, as consequências desse processo estão além do escopo de análise deste trabalho.

Outra ferramenta teórica que utilizei para pensar a comparação dos agentes aqui analisados é o método da equivocação controlada, apresentado por Viveiros de Castro (2018) a partir de três exemplos. O primeiro, é a história de uma enfermeira peruana e uma mulher piro, na qual a última defende que água fervida pode prevenir diarreia somente em Lima, pois os corpos de peruanos e piro são distintos. O segundo retrata o encontro entre indígenas e colonizadores, onde os primeiros se questionavam sobre a qualidade dos corpos dos segundos enquanto estes duvidavam da presença de almas nos primeiros. O terceiro exemplo é sobre a experiência de um músico brasileiro e os Kaxinawá, o músico interpretou sua relação com os indígenas em termos de irmandade, enquanto esses ameríndios o tratavam como cunhado.

Estes casos refletem uma diferença entre referentes, contraste entre sujeitos de distintas perspectivas, que é apresentado pelo autor como parte de uma revisão dos discursos ocidentais da antropologia, enraizados em uma ontologia moderna multiculturalista e uninaturalista, em contraste com uma antropologia que adere a cosmopraxis ameríndia através de uma teoria perspectiva que admite a pessoalidade transespecífica, definida por oposição como unicultural e multinaturalista. Esta posição implica em uma visão em que todos os entes teriam alma ou cultura como algo em comum, enquanto nos corpos estaria a diferença ontológica que funda a diversidade perspectiva. Uma inversão da visão ocidental em que apenas a humanidade portaria alma e cultura estando ontologicamente cindida dos corpos materiais que seriam formados por uma matéria extensa universal.

Neste trabalho o método de equivocação controlada pode servir como experimento comparativo, na relação dos diferentes agentes investigados sobre a agricultura florestal, ao se valoriza a alteridade perspectiva se evidencia os “equivocos”, assim é possível destacar diferenças onde outras elaborações de tradução intercultural poderiam sublinhar igualdades.

Agricultura sintrópica de Ernst Götsch

Atualmente se vive uma expansão do debate em torno de Sistemas agroflorestais, a sistematização técnica atual mais conhecida é disseminada pelo suíço Ernst Götsch, tendo experiências de design agroflorestal por ele inspiradas publicadas em manuais como os produzidos por Neto, Messerschmitt, Steenboock, Monnerat et al (2016) e por Rabello e Sakamoto (2022), seus princípios são também documentados em interlocução com foco nos debates mais teóricos por Andrade e Pasini (2022).

Felipe et al (2023) ao fazer uma revisão bibliográfica sobre a presença de agroflorestas nas diferentes regiões do Brasil, apresenta a trajetória de disseminação das concepções de agroflorestas a partir de Ernst Götsch afirmando o impacto nacional de difusão de suas propostas, conforme apresento sinteticamente a seguir. Começando a partir do nordeste, onde na década de 80 Götsch é contratado para recuperar uma propriedade que mais tarde compraria e produziria cacau agroflorestal na Bahia, o refloresta que ele realizou nesta propriedade fez com que fossem recuperados as nascentes e 14 riachos que a percorrem, assim como se mediu um aumento em 70% das chuvas da região, de modo que um dos motes usados por Götsch é sobre como “plantar água” (Fellet; Lima, 2024)

Na década de 90 começaria em parceria com ONGs oferecendo cursos disseminando sua sistematização técnica da agrofloresta. O primeiro destes cursos oferecidos por Götsch a partir da ONG cearense, Esplar, na cidade de Quixeramobim (CE), no ano de 1994. Neste mesmo ano de 1994, o Centro Sabiá articulou com o Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (SACTES) a vinda de Ernst Götsch para conhecer e interagir com agricultores e agricultoras da zona da mata, agreste e sertão de Pernambuco. No fim da década de 90 este processo se expande com agricultores que se tornam experimentadores a partir de cursos e assessorias técnicas desenvolvidas por ONGs, como Centro Sabiá, Cetra, Caatinga, Patac e Sasop, entre outras organizações ligadas à Rede Ater Nordeste dos diversos estados nordestinos.

A partir de 1996 a COOPERAFORESTA, localizada nos municípios de Barra do Turvo (SP) e Adrianópolis (PR), passa a funcionar com consultoria técnica e orientação dos princípios sistematizados por Ernst Götsch. Formada por famílias de origem quilombola, a COOPERAFORESTA se consolidou nos anos 2000 como uma associação formada por de mais de uma centena de famílias que vivem da prática agroflorestal. A

COOPERAFLORESTA se torna um importante pólo irradiador na região, interagindo com assentamentos da reforma agrária próximos.

Posteriormente o Distrito Federal se tornou um polo difusor na implantação de agroflorestas sob influência dos trabalhos de Ernst Götsch, que ministrou cursos em Alto Paraíso de Goiás a partir dos anos 2000. Marcando muitos neo rurais, jovens que passaram a viver na zona rural e a cultivos agroflorestais, estes além de se tornarem agricultores, também seguiram como profissionais autônomos, em trabalhos de consultoria, oferecendo cursos e concepção de projetos junto a outros agricultores familiares. Alguns exemplos de produtores e difusores que se formaram neste período são o Sítio Semente e o Sítio Geranium, a Ecovila Aldeia do Altiplano e a ONG Mutirão Agrofloresta. (Felipe et al, 2023)

A obra de Götsch tem tido um importante protagonismo midiático, com produções audiovisuais de divulgação online em diferentes canais das redes sociais. Mas também com a promoção pela Rede Globo de televisão, a atual novela Renascer do horário nobre, das 21 horas, tem seu personagem principal como um agricultor de cacau em Sistema Agroflorestal no sul do Bahia, a produção da novela declarou que o personagem é inspirado em Ernst Götsch (Fellet; Lima, 2024). Duas novelas anteriores, Velho Chico de 2016 e Pantanal de 2022, também propagandearam os Sistemas Agroflorestais e tiveram consultoria ambiental realizada por Andrade e Pasini (2022), tendo sido analisadas criticamente por Adoue (2016, 2022). Sua crítica aponta a técnica agroflorestal nas novelas como sendo apresentada dentro de um pacote político conciliatório, como uma “agenda positiva” do agronegócio realizando um “greenwashing” neste que é o principal setor responsável pelo desmatamento e colapso ambiental no país. Na proposta da novela a revolução verde se combinaria com a agroecologia superando os conflitos sociais, em um supostos “todos ganham”, onde o moderno agronegócio “sustentável” se tornaria capaz de harmonizar diferentes atores, que incluiria agricultores familiares, pescadores, artesões e comerciantes. Uma reforma de uma parcela do agronegócio reforçando sua posição nas cadeias agroexportadoras, que se mostraria agora compatível com as novas demandas ambientais do mercado internacional.

Os sistemas agrícolas florestais existem em diversas partes do mundo conforme Mazoyer e Roudart (2010), estes teriam entrado em crise com a expansão dos sistemas agrícolas de campo aberto. Já Miller e Nair (2006) nomeiam como agroflorestas as práticas agrícolas milenares dos povos amazônicos. O próprio Götsch e seus principais seguidores declaram como os sistemas agrícolas tradicionais inspiraram sua sistematização técnica realizada nas SAFs. (Götsch, Schulz e Becker, 1994; Andrade e Pasini, 2022, p.238) O

mapeamento das agroflorestas em cada uma das regiões do Brasil feito por Felipe et al (2023) identifica como agroflorestas tanto sistemas agrofloretais implementados a partir da sistematização de Götsch, como plantios historicamente realizados por povos tradicionais como ribeirinhos, caiçaras, indígenas e quilombolas espalhados em diferentes regiões do país.

O plantio agroflorestral no modelo proposto por Götsch segundo os manuais que o divulgam (Neto, Messerschmitt, Steenboock, Monnerat et al, 2016; Rabello e Sakamoto, 2022) é realizado com um planejamento espacial, com a distribuição das diferentes espécies utilizadas previamente planejadas tanto de forma horizontal, como na vertical considerando a estratificação das plantas que dividem um mesmo espaço, divididas em cinco estratos (rasteiro, baixo, médio, alto e emergente), para otimização da capacidade de fotossíntese. Incluindo a consideração no planejamento da evolução temporal do cultivo, com a mudança de cultivos produtivos principais conforme o avanço da sucessão de espécies, que permitiria um progresso na possibilidade de plantas a serem escolhidas para o cultivo, classificadas como placentas, secundárias ou climax conforme o nível de complexidade do sistema que exigem. Sendo um modo de agricultura florestal adaptado a uma propriedade fixa, diferente do caráter itinerante, com corte e queima e longos pousios que é comum nas agriculturas tradicionais. Seu caráter de plantio planejado também destoa das florestas com as quais interage os povos tradicionais, assim como seu planejamento pode ter como um dos elementos centrais o escoamento da produção para o mercado, outro ponto que não é tão presente nas agriculturas florestais tradicionais.

Alguns casos de grandes empresários que atuam com agroflorestas

O caso empresarial mais conhecido é o da Fazenda da Toca, do empresário Pedro Paulo Diniz, filho do bilionário Abilio Diniz, principal controlador da BRF, multinacional do ramo alimentício surgida da fusão entre Sadia e Perdigão. A fazenda da Toca possui 2300 hectares e é conhecida como um grande polo de produção de produtos orgânicos, sendo a maior produtora de ovos orgânicos do Brasil, além de produzir diversos outros produtos. Lá Götsch começou a adaptar a utilização de máquinas no plantio agroflorestral em grande escala, seu trabalho viabilizou que lá haja atualmente cerca de 50 hectares de sistemas agrofloretais (SAFs), que são apresentados como grandes símbolos do que seria uma produção de alimentos saudáveis que simultaneamente regeneram o solo, sequestram carbono, diversificam a produção, conservam água, favorecem a biodiversidade e dão lucro. Esse é o discurso promovido no vídeo *Life in Syntropy*, comercial de promoção da Fazenda

da Toca e do sistema agroflorestal como sistematizado por Götsch como um empreendimento reproduzível na COP21 em Paris. O vídeo teve grande repercussão, sendo multi premiado e traduzido para 6 idiomas. (Barros, 2018)

O outro case empresarial da agricultura regenerativa com o elemento florestal é a Native, do agrônomo Leontino Balbo, dono da maior produção agroecológica de cana do Brasil na usina São Francisco, em Sertãozinho (SP), com 20 mil hectares de canaviais onde é produzido cerca de 20% do açúcar orgânico comercializada no mundo, sendo também a principal fornecedora nacional de álcool orgânico, a ONU incluiu a Native na lista dos 29 negócios mais sustentáveis do planeta e a Fundação Ellen MacArthur, que promove a transição para a chamada “economia circular”, considera a Native como a mais bem-sucedida empresa de agricultura regenerativa em larga escala. Em 2002, a Embrapa pesquisou a fauna local da usina e identificou 340 espécies de mamíferos, aves, répteis e anfíbios, sendo que 122 são consideradas raras, como onça-parda, tamanduá-bandeira, lobo-guará, e 49 estão ameaçadas de extinção. (Balbo Júnior, 2022)

A terceira maior experiência empresarial de agrofloresta no Brasil é do gestor de fundos de investimentos Moringa, criado pelo Edmond de Rothschild Group e pela ONF International, subsidiária internacional do Departamento Nacional de Florestas da França. O Moringa controla a fazenda Floresta Viva S. A. Uma fazenda no Vale do Ribeira com mais de 1 mil hectares, dos quais 800 hectares são de mata atlântica preservada. A Floresta Viva S.A tem seu foco atual na produção de Palmito Pupunha, além da pupunha foram plantadas bananeiras e árvores de madeira de lei, como o mogno africano e o guarandi, visando receita e trazendo a biodiversidade similar à paisagem florestal, que destoa das convencionais monoculturas. (Barros, 2018)

Outra empresa de destaque no ramo agroflorestal é a Preta Terra, no site da empresa esta se define como o maior hub de inteligência agroflorestal do mundo, se lê também que a empresa esta presente em mais de 20 países em parcerias de designer agroflorestal, atua em parceria com a *Circular Bioeconomy Alliance*, criada em 2020 pelo Príncipe Charles para promoção da chamada economia circular. Também desenvolve iniciativas como o plantio de algodão regenerativo com a Louis Vuitton, com quem executam um projeto no Chade, e com a Armani, com quem realizaram um sistema agroflorestal na Itália.

Em artigo publicado por seus fundadores (Costa e Ziantoni, 2021), se defende que a técnica agroflorestal é uma quebra de paradigma em relação a monocultura no Brasil. O artigo elenca uma série de argumentos a favor da agricultura com elementos arbóreos,

defendendo que com a agrofloresta o agronegócio pode se transformar de vilão do clima para a solução para a crise que a humanidade enfrenta.

Considerações sobre a teoria das floresta antropogênicas e o cultivar florestas entre os povos Ka'apor, Wajãpi, Kayapo e Yanomani

Analisando a taxonomia vegetal Wajãpi, Oliveira (2016) mostra a partir deste povo reconhecido por promover florestas antropogênicas, que para a visão Wajãpi o cultivar floresta não possui uma base subjetiva exclusivamente humana, mas é um processo de agência multiespécies. Com seus roçados hiper diversos, a floresta para eles é pensada como uma série de roças de diferentes seres, o que é percebido na própria forma como classificam diferentes plantas da floresta que por vezes carregam nomes como “maniva e mamão de veado, pimenta de carangueijo, batata da alma penada, tabaco de teiú, tabaco de preguiça, batata de sucuri” (Oliveira, 2020, p.6).

Para eles as relações entre os bichos e as plantas como a dispersão de sementes ou outras relações não tão facilmente apreendidas dos animais com as plantas são também atos de cultivo, assim: “Cultivo é uma relação intrínseca àqueles que são amantes (-warã) de alguma planta, seja pelo seu sabor, odor ou motivo que desconhecemos.” (Oliveira, 2020, p.10). Diversas variedades vegetais de florestas são percebidas como “roças” de outros animais e seres, sendo portanto o plantar floresta uma atividade de muitos sujeitos, corroborando concepção de humanidade em que esta é compartilhada com outros seres, como proposto no perspectivismo ameríndio (Viveiros de Castro, 2016). Assim as plantas da floresta e o seu cultivo não são entendidas apenas pela sua utilidade na gestão dos recursos para os humanos, mas conforme suas relações de alianças com outros seres:

Nessa configuração ontológica, as plantas da floresta, que rodeiam as bordas das moradas wajãpi (as aldeias e roçados), não podem ser consideradas plantas selvagens, ou para ser fiel às categorias classificatórias wajãpi, não-plantadas, em absoluto. Os vegetais que compõem ka'a são classificados como temitã e'ã (não plantados) apenas da perspectiva wajãpi - a classificação é pois sujeito centrada. Ao sair na companhia das famílias wajãpi percorrendo os caminhos que cortam a floresta, nos deparamos o tempo todo com plantações dos seres que nela habitam. (Oliveira, 2016, p.120)

Se a concepção Wajãpi de que a floresta é um grande cultivo carrega uma aproximação com a tese de Balée, da floresta antropogênica, Oliveira (2016), aponta o

equivoco dessa aparente confluência entre a teoria da ecologia histórica e a concepção deste povo indígena:

Olhando conjuntamente essas teorias o que se destaca são pontos dissonantes: a primeira é pautada em um contínuo entre polos de natureza e cultura, que se constituem, por tal motivo, como um plano único, um só mundo que pode ser acessado tanto pela racionalidade científica como pela racionalidade indígena, chegando a resultados semelhantes (nesse caso a assertiva de que os grupos indígenas incrementam a biodiversidade e que, portanto, Amazônia é uma selva cultivada), ainda que tais resultados sejam produzidos de diferentes maneiras (afinal estamos em pleno relativismo cultural); a segunda aponta para uma disjunção necessária entre roça-aldeia e floresta, oposição que não se aplica sobre referentes absolutos, mas desliza e se movimenta conforme o sujeito que percebe e classifica, isto é, por quem engendra um mundo apropriado por meio da agricultura, atividade que caracteriza a posição de humano (sujeito) e marca a construção da vida social própria. (Oliveira, 2016, p.130)

Um outro equivoco sobre a concepção de plantio florestal antropogênico e o entendimento indígena é observado por Posey (2001), que em seu artigo relata que foi questionado por um Kayapo, este considerando equivocada a afirmação do antropólogo de que eles haviam plantado determinadas árvores. O antropólogo argumenta que havia visto os indígenas jogarem sementes daquela árvore no solo e depois pisarem em cima delas, para enterra-las. Além disso, afirma que outros haviam lhe dito que pisar nas sementes era necessário para fazê-las germinar, o que demonstraria que foi um ato consciente a realização daquele plantio. O seu companheiro Kayapo insiste que aquele não era o caso de uma plantação. Depois de uma discussão, a diferença entre os dois se esclarece na conclusão de que haveria uma diferença na concepção de domesticação de plantas entre os Kayapo e o antropólogo:

Para ele, espécies “domesticadas” são aquelas que não existiriam se os indígenas não as plantassem. O conhecimento sobre cuidados e propagação de tais espécies domesticadas é passado através de gerações. Todas as outras espécies que sobrevivem em florestas e cerrados sem interferência humana são “naturais” e, conseqüentemente, não cultivadas – mesmo que suas sementes, tubérculos e mudas sejam intencionalmente dispersados em amplas áreas entre

as tribos e reflitam milênios de seleção genética realizada pelos Kayapó.
(Posey, 2001, p)

Assim, a maioria das árvores frutíferas e das plantas medicinais descritas por Posey como sendo plantadas e domesticadas pelos Kayapo na realidade pertencem à categoria “natural” para os próprios Kayapo, portanto, não são para eles espécies cultivadas. Havendo categorizações nativas para dispersão de sementes, transplante de tubérculos, propagação de epífitas e outras categorias de manejo que não se caracterizam para os Kayapo como plantar mesmo que assim sejam classificadas no registro antropológico.

Estes exemplos acima, mostram um descentramento do humano como sujeito central para o sucesso do cultivo florestal para os próprios povos considerados cultivadores de florestas antropogênicas. As concepções sobre o plantio florestal dos Wajãpi e Kayapo envolvem de modo central a agência de seres não humanos e a constante negociação com estes seres. Diferente dos sistema agroflorestais com um design que promete um profundo controle humano sobre a produção agrícola florestal.

Balée em trabalho sobre os Kaapor, defende que as sociedades indígenas das terras baixas para se tornarem coletoras dependem de florestas que tenham sido precisamente enriquecidas a partir de processos agrícolas, sendo a sua disponibilidade de recursos alimentares para os humanos fruto da formação antropogênica destas florestas. Assim, a agricultura indígena desenvolveu uma tecnologia em que as roças abandonadas, a floresta que nelas se regenera através das capoeiras enriquecidas com árvores frutíferas, tubérculos e outras plantas úteis, são partes de um processo que viabiliza o abandono da própria agricultura entendida como a necessidade de cultivos constantes, permitindo a colheita ser o próprio manejo florestal (Balée,1989). Assim, podemos pensar um contraste entre florestas antropogênicas indígenas como processos de formação de uma floresta selvagem que promove a dispensa da própria, enquanto o sistema agroflorestais seriam algo como uma domesticação da formação florestal, que promove o trabalho agrícola sobre aquilo que não seria um cultivo propriamente humano para determinados indígenas, em nome da maior produtividade agrícola.

No livro *A Queda do Céu* (Albert e Kopenawa, 2015), Kopenawa conta como os Yanomami, quando vão abrir uma roça na floresta, escolhem um lugar específico onde mora a imagem da fertilidade *në rope*. A descrição que ele Kopenawa faz dos benefícios trazidos pelo *në rope* ecoam muito do discurso promotor da agrofloresta, como a recuperação dos rios e do ciclo hidrológico, assim como a recuperação da fertilidade sem uso de insumos externos, claramente concepções de floresta vindas de pontos de vistas imensamente distintos e cheios

de ambivalências para se por em diálogo intercultural, como um equívoco nos termos de Viveiros de Castro (2018).

Essa “convergência equivocada” não deixa de fortalecer a afirmação do xamã yanomami de que os yanomami já eram ecologistas antes dos ecologistas: “Na floresta, a ecologia somos nós, os humanos” (Albert e Kopenawa, 2015, p.480). Termina esta parte com o trecho abaixo, em que Kopenawa descreve o funcionamento o caráter regenerativo da floresta que os agrofloreiros e militantes agroecológicos costumam descrever com termos científicas:

As folhas e as árvores caem e se amontoam no solo sem parar. É isso que dá à flores seu cheiro e seu valor de fertilidade. Mas esse perfume desaparece assim que a terra ressecada volta a esconder os igarapés em suas profundezas. Assim é. Quando as grandes árvores da floresta, como as sumaúmas *wari mahi* e as castanheiras *hawari hi*, são cortadas, a terra a seu redor fica dura e ardente. São elas que atraem a água da chuva e a guardam no chão. As árvores que os brancos plantam, mangueiras, coqueiros, laranjeiras e cajueiros, não sabem chamar a chuva. Elas crescem mal, espalhadas pela cidade em estado de fantasma. Por isso só há água na floresta quando ela está saudável. (Albert e Kopenawa, 2015, p.471)

Os quilombolas e o cultivo florestal

Nos estudos sobre agricultura, biodiversidade e povos tradicionais, a Amazônia é o bioma sobre o qual se reuniu mais documentação, assim como sobre os povos indígenas que há mais pesquisas. São mais raras as fontes disponíveis sobre quilombolas e comunidades tradicionais. (Cunha, Magalhães e Adam, 2022). Sendo este também um ponto que comecei a estudar recentemente apenas, de modo que esta parte são notas iniciais para a comparação das técnicas agrofloreiros com povos quilombolas.

Já me referi anteriormente a COOPERA-FLORESTA, cooperativa que possui famílias quilombolas entre seus membros no Vale do Ribeira no Estado de São Paulo. Também no Vale do Ribeira, desde 2017 houve o reconhecimento imaterial do Sistema Agrícola Tradicional (SAT) quilombola do Vale do Ribeira, este é situado na região sudeste do estado de São Paulo e a leste do estado do Paraná, composto por 19 comunidades remanescentes de quilombos situadas em seis municípios do Vale do Ribeira, alguns com Unidades de

Conservação de Mata Atlântica sobrepostas a territórios quilombolas. O SAT é composto por uma variedade cultural e de formas de manejo florestal, forrageio, caça, pesca e extrativismo, com complexas interações ecossistêmicas, o cultivo da mandioca e a prática da coivara são elementos que são levantados na tentativa de dar uma unidade a complexidade desses conjuntos. Os documentos centrais do processo de patrimonialização são os Dossiê do Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira – volume 1 (Andrade e Kishimoto, 2017) e volume 2 (Adams et al. 2017).

Malcom Ferdinand chega a afirmar que os quilombolas foram os primeiros ecologistas modernos nas sociedades coloniais, fazendo uma correlação entre a existência de quilombos nos diferentes países do continente americano e a preservação florestal, sendo a existência de florestas frequentemente condição de estabelecimento do quilombo e a criação de um modo de vida que convivesse com a manutenção da preservação florestal correlacionada a sua sobrevivência no tempo (Ferdinand, 2020, 175). Este é um cenário parecido com o observado em relação aos povos indígenas, sendo conhecida as imagens de satélite que atestam a correlação entre territórios indígenas e florestas preservadas no Brasil contemporâneo, apesar da obra de Ferdinand não fazer essa comparação, trazendo apenas raras e pouco embasadas referências a povos ameríndios.

O escritor e filósofo quilombola, Antonio Bispo dos Santos (2015, 2023), forja o conceito de biointeração, a que atribui as agriculturas e modos de vida de diferentes povos tradicionais, conceito que inclui indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhos, etc. A biointeração é pensada como em oposição contra-colonial aos paradigmas que ele define como desenvolvimentistas e coloniais, como desenvolvimento sustentável, reciclagem e agricultura orgânica. A biointeração operária numa lógica circular, onde a relação de agenciamento multiespécies do funcionamento cotidiano das sociedades tradicionais opera com o princípio de extrair, utilizar e reeditar (começo, meio, começo). As relações com outros seres assim é negociada, não se baseando na exploração e no consumo até o esgotamento.

A convergência agrícola entre povos indígenas e quilombolas seguirá como tema da minha pesquisa de mestrado em antropologia, em que realizei uma etnografia do quilombo de Pedra Negra da Extrema (BA).

Agroflorestas como proposta dos movimentos sociais: Movimento Sem Terra e Teia dos Povos.

O Movimento Sem Terra (MST) é conhecido como o maior movimento rural do Brasil. Desde a década de 90 o movimento adotou a agroecologia como horizonte para os territórios do movimento, essa opção ecológica substituiu gradualmente o cooperativismo de origem produtivista que antes era hegemônico no movimento, mesmo que a adoção efetiva da agroecologia nos assentamentos seja ainda controversa ou limitada (Silva, 2011). A linha do reflorestamento historicamente sempre esteve presente, mas o discurso pela produção agroflorestal apenas entrou no repertório nacional do movimento recentemente. Um marco neste sentido se deu no ano de 2020, em que o movimento lançou um ambicioso plano de reflorestamento cujo linha é exposta no primeiro volume da série “Cadernos de Agroecologia”, denominado “Subsídios para construir o Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis” que contém uma robusta proposta de plantio agroflorestal a partir dos assentamentos do movimento.

No artigo “Agroflorestar o Brasil para contribuir na construção do Socialismo!” (Zarre; Rodrigues. 2020) é dado um panorama da agrofloresta no movimento e como essa prática tem sido pensada politicamente. Essa é vista como um dentre os vários manejos agroecológicos praticados dentro do movimento que mais tem se expandido, devido a crescente inserção de árvores em sistemas produtivos e assentamentos pelo país, seja com agroflorestas, seja com quintais produtivos, policultivos e outros tipos de iniciativas de reflorestamentos produtivos.

A utilidade do aumento do elemento arbóreo e florestal é defendida por garantir maior resiliência aos agroecossistemas, aumentando a sua capacidade de resistir e se recuperar de fenômenos como geadas, queimadas, desequilíbrio de insetos e plantas indicadoras. As árvores cumprem muitos papéis no sistema, por aumentarem a biocenose do solo, promovendo a interação entre os inumeráveis micro organismos que existem naquele sistema, uma vez que enriquecem a troca entre o solo e o ar, a vida no solo, a decomposição da biomassa e a produção de matéria orgânica. Destacam o plantio de árvores como um elemento que interfere na correlação de forças na luta de classes:

Esses desafios devem ser encarados na perspectiva de alterar a correlação de forças na luta de classes. Portanto, o plantio de árvores deve estar inserido na estratégia geral de nossas lutas. Bosques da resistência da luta popular, dos mártires da luta e do coronavírus, jornadas de plantio pela juventude e pelas mulheres, construção de viveiros populares nas periferias. Essas são algumas das iniciativas que já vem ganhando força por todo o país.

A criatividade revolucionária do povo deve ser estimulada. (Zarre; Rodrigues. 2020 p31)

Se parece haver uma convergência entre um crescente interesse de práticas empresariais e do movimento social no que diz respeito às técnicas agroflorestais, a prática do MST vem acompanhada de uma política que objetiva a produção de bens comuns e de um horizonte de superação do capitalismo que estão ausentes da perspectiva empresarial, uma ambiguidade sobre o sentido da agrofloresta que poderíamos entender como um equívoco no sentido de Viveiros de Castro (2018).

A implementação de Sistemas Agroflorestais está dando os primeiros passos como política nacional no movimento, neste sentido portanto, se assemelha a situação das agroflorestas empresariais, as quais determinados casos e modelos são apresentados propagandisticamente como promissoras possibilidades de generalização.

Fuas das principais experiências agroflorestais dentro do MST, que implementaram e difundem florestas, são os assentamentos Mário Lago e Contestado. Há também uma convergência técnica que é interessante observar, assim como nas agroflorestas empresarias, a sistematização técnica de Ernst Götsch também aparece nesses assentamentos, um dos principais discípulos de Götsch, o agrofloresteiro Namastê Messerschmidt junto com assentados e pesquisadores produziu uma sistematização da experimentação com a técnica agroflorestal que foi desenvolvida nestes assentamentos no livro *Agroflorestando o mundo de facão a trator: gerando práxis agroflorestal em rede (que já une mais de mil famílias campesinas e assentadas)* (Neto; Messerschmidt; Steenbock; Monnerat; 2016).

O assentamento Mário Lago, localizado no município de Ribeirão Preto, em São Paulo, possui 1540 hectares. Localizado em um território de recarga do Aquífero Guarani, próximo a Ribeirão Preto (SP). Foi criado por trabalhadores que se reintegraram ao espaço rural, tendo aderido a linha agroecológica do movimento. Em parceria com a já mencionada Cooperafloresta, foram desenvolvidas formações em Sistemas Agroflorestais Agroecológicos nas escolas do MST, contexto em que é realizado o projeto agroflorestar em 2013. A implementação de Sistemas Agroflorestais provocou uma virada na base econômica do assentamento, sendo a via utilizada para realizar o horizonte da política agroecologia do movimento, a partir daí posteriormente um grupo de assentados iniciou a Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra. (Zonetti, 2019)

O outro caso mencionado, o assentamento Contestado, habitado por cerca de 150 famílias em uma área de mais de três mil hectares, também começou a trabalhar com agroflorestas com apoio de uma equipe técnica da Cooperafloresta. No assentamento foi

fundada em 2006 a Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA), do MST e da Via Campesina, recebendo alunos de outros assentamentos e mesmo de diferentes países para que possam aprender e disseminar a agroecologia. No assentamento realizam-se múltiplas formas de formação como cursos e encontros, como a Jornada de Agroecologia. Em 2010 um grupo de assentados fundou a Cooperativa Terra Livre com outros agricultores do município, com mais de 250 associados. A cooperativa trabalha com políticas públicas federais como o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O escoamento dos produtos cultivados no Assentamento através da Cooperativa Terra Livre são distribuídos em escolas públicas da região (Pereira, 2019).

Um outro documento importante a partir dos movimentos sociais a fazer a defesa dos sistemas agrofloretais é o livro “Por Terra e território: caminho da revolução dos povos no Brasil” escrito por Joelson Ferreira e Erahsto Felício (2021), publicado pela articula Teia dos Povos, que também é relacionado ao MST mas em diálogo com povos indígenas e quilombolas. No capítulo dedicado a soberania alimentar, é colocado nos exemplos de passos a seguir “construir Sistemas Agrofloretais, desde que respeitando as especificidades do bioma” (Ferreira e Felicia, 2021, p.66)

Joelson é uma reconhecida liderança do assentamento Terra Vista localizado no Sul da Bahia, que produz cacau em sistema de cabruca, que é um formato tradicional de agrofloresta historicamente utilizado na região. A Teia dos Povos foi criado em 2012 nas Jornadas de Agroecologia, que seguem ocorrendo desde então no Assentamento Terra Vista, com militantes, intelectuais, povos tradicionais e agricultores.

Conclusão:

Este trabalho traçou um panorama não exaustivo de agentes que realizam plantios agrofloretais no Brasil contemporâneo, sugerindo os conceitos de devir e de equivocação como possíveis chaves interpretativas. No atual contexto de emergência climática global, o estudo de conhecimentos técnicas agrícolas indígenas e tradicionais sobre a floresta, seu manejo e agricultura ganham importância estratégica, como parte da criação de soluções para os problemas climáticos, ambientais e sociais (Miller; Nair, 2006). Neste sentido, este quadro comparativo pode ajudar a entender o que esta sendo assimilado por essas novas soluções e o que segue sendo ignorado.

Pretendo continuar esta pesquisa em futuro mestrado em antropologia com foco na produção de uma etnografia sobre o Quilombo de Pedra Negra da Extrema (BA).

Agradecimentos:

Agradeço à minha professora orientadora Joana Cabral de Oliveira e a doutorando Mariana Cruz A. Lima, pessoas com quem pude discutir as idéias que resultaram nessa pesquisa. Agradeço meus familiares, Vanderlei e Leonice, pelo apoio nos estudos. E ao PIBIC que me contemplou com a bolsa de Iniciação Científica no contexto da qual realizo este trabalho.

Bibliografia:

ADAMS, Cristina. et al. *Dossiê Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira – vol. II*, São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017.

ADOUE, Silvia Beatriz. *'Velho Chico', a novela do 'novo mundo rural'*. Blog do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais - IPPRI - UNESP, 2016. Disponível em: <https://www.ippri.unesp.br/#!/noticia/505/velho-chico-a-novela-do-novo-mundo-rural/> (Acesso em 09/07/2024)

ADOUE, Silvia Beatriz. *Pantanal e as encruzilhadas do Brasil*. Contrapoder, 2022. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/pantanal-e-as-encruzilhadas-do-brasil%ef%bf%bc/> (Acesso em 09/07/2024)

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. *Das narrativas agrárias à nova reforma agrária*. RURIS (Campinas, Online), Campinas, SP, v. 15, n. 1, p. 253–263, 2023.

ANDRADE, Anna Maria de Castro; KISHIMOTO, Alexandre (org.). *Dossiê Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira*. – vol. I, São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017.

BALÉE, William. *Footprints of the forest: Ka'apor ethnobotany - the historical ecology of plant utilization by an Amazonian people*. Nova York, Columbia University Press. 1994

BALBO JUNIOR, Leontino. *Brasil precisa parar de fingir que faz ESG, diz criador da marca Native*. Entrevista com Leontino Balbo Junior. Brasil Agro. 17/05/2022. Disponível em:

<https://www.brasilagro.com.br/conteudo/brasil-precisa-parar-de-fingir-que-faz-esg-diz-criador-da-marca-native.html> (Acesso em 09/07/2024)

BARROS, Bettina. Os negócios de quem mantém a floresta viva. Valor Econômico, 10/09/2018. Cananéia, São Paulo. Disponível em:

<https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2018/09/10/os-negocios-de-quem-mantem-a-floresta-viva.ghtml> (Acesso em 09/07/2024)

BISPO DOS SANTOS, A. *Colonização, Quilombos. Modos e Significados*. Brasília: Editora da Unb. 2015.

BISPO DOS SANTOS, A. *A terra dá, a terra quer*. Ubu editora. São Paulo, 2023

COSTA, Paulo; ZIANTONI, Valter. Quebrando o paradigma da monocultura no Brasil. Globo Rural, 05/06/2021. Disponível em:

<https://globorural.globo.com/Noticias/Opiniaio/Vozes-do-Agro/noticia/2021/06/quebrando-o-paradigma-da-monocultura-no-brasil.html>

CUNHA, M. C. da; MAGALHÃES, S. B.; ADAMS, C. (Org.). *Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças*. São Paulo: SBPC, 2022.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*, vol. 4. Trad. Suely Rolnik. São Paulo: ED. 34, 1997.

FELIPE, Rafaella T. A. et al. *Sistemas Agroflorestais Agroecológicos: Trajetórias, perspectivas e desafios nos territórios do Brasil*. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 18, n. 1, p9 - 43, 2023. DOI: <https://doi.org/10.33240/rba.v18i1.23702> (Acesso em 08/07/2024)

FELLET, João; LIMA, Felix. *Quem é o agricultor suíço que inspirou protagonista da novela 'Renascer'*. BBC News Brasil. 20/02/2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cg3ex0y484eo> (Acesso em 08/07/2024)

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. Tradução Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FERREIRA, Joelson; FELICIO, Erahsto. *Por Terra e território: caminho da revolução dos povos no Brasil*. Teia dos Povos. Bahia, 2021.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A Queda do Céu: Palavras de um Xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras. 2015.

NETO, E.C.N; MESSERSCHMIDT, N.M.; STEENBOCK, W.; MONNERAT, P. F. *Agroflorestando o mundo de facção a trator: gerando práxis agroflorestal em rede (que já une mais de mil famílias camponesas e assentadas)*. Cooperafloresta. Barra do Turvo, 2016

OLIVEIRA, Joana Cabral de. *Mundos de roças e florestas*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas , v. 11, p. 115-131, 2016.

OLIVEIRA, Joana Cabral de. *((R)E)Feito Floresta*. ClimaCom – Florestas [Online], Campinas, ano 7, n. 17, Jun. 2020. Available from: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/joana-de-oliveira-florestas/> (Acesso em 08/07/2024)

PEREIRA, M. C. C. . *História e agricultura: experiências de agroflorestas no Assentamento Contestado*, Lapa/PR. 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564577740_ARQUIVO_MariaCristinadeCastroPereira.pdf (Acesso em 08/07/2024)

POSEY, Darrell Addison. *Interpretando e Utilizando a “Realidade” dos Conceitos Indígenas: O que é Preciso Aprender dos Nativos?* In: Diegues, A C.; Moreira, A C. org. *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum*. NUPAUB – USP. São Paulo. p.279-294. 2001.

RABELLO, José Fernando dos Santos; SAKAMOTO, Daniela Ghiringhello. *Agricultura sintrópica segundo Ernst Götsch*. Góias, Aguará Edições. 2022.

SILVA, Gabriel de Araujo. *Cultivar floresta: entre as florestas antropogênicas da indigeneidade e o impulso da agricultura agroflorestal*. Revista Climacom, n17. 2022. Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/cultivar-floresta-entre-as-florestas-antropogenicas-da-indigeneidade-e-o-impulso-da-agricultura-agroflorestal-gabriel-de-araujo-silva/> (Acesso em 09/07/2024)

SILVA, Priscilla Gomes da. *A incorporação da agroecologia pelo MST: reflexões sobre o novo discurso e experiência prática*. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A antropologia perspectiva e o método de equivocação controlada*. Aceno - Revista de Antropologia do Centro Oeste. v. 5 n. 10 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/8341> (Acesso em 09/07/2024)

ZARRE, Luiz; RODRIGUES, Isabel. *Agroflorestar o Brasil para contribuir na construção do Socialismo! MST. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/especiais/plantar-arvores-produzir-alimentos-saudaveis/#materiais> (Acesso em 09/07/2024)*

ZONETTI, Vitor Moretti. *O desenvolvimento do Projeto Agroflorestar no Assentamento Mário Lago: dos processos de aprendizagem à transformação da atividade*. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.